deve ler-se:

Tribunal	Nome
Setúbal — Trabalho	Fernando António de Almeida Pereira.
Sever do Vouga	Rosa Maria Lopes Ferreira Veiga Simão.
Silves	José Manuel Batista Mestre.

19 de Junho de 2006. — A Directora-Geral, *Helena Mesquita Ribeiro*.

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

Aviso n.º 7478/2006

1 — Para os devidos efeitos, torna-se público que se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso para provimento dos lugares de escriturário abaixo indicados.

2 — Menção a que se refere o despacho conjunto n.º 373/2000, de 1 de Março:

«Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.»

3 — Podem habilitar-se ao concurso escriturários dos serviços dos registos e do notariado com, pelo menos, um ano de serviço na conservatória/cartório a cujo quadro pertencem, nos termos do n.º 1 do artigo 56.º do Decreto-Lei n.º 92/90, de 17 de Março.

4 — Critérios de preferência:

4.1 — Os escriturários classificados de *Muito bom* preferem sobre todos os outros.

4.2 — Os escriturários do quadro de serviço da mesma espécie da do lugar vago preferem aos do quadro de serviço de espécie diferente.

4.3 — Em igualdade de circunstâncias, prefere sucessivamente o que possuir melhor classificação de serviço ou maior antiguidade.

5 — Os interessados deverão formalizar a sua candidatura mediante um só requerimento, redigido de acordo com a minuta publicada no final deste aviso, dirigido ao director-geral dos Registos e do Notariado, Praça de Francisco Sá Carneiro, 13, apartado 9924, 1911-701 Lisboa, expedido até ao termo do prazo indicado.

5.1 — Os candidatos que se habilitem a mais de um lugar deverão indicar no requerimento a ordem de preferência de todos os serviços a que se candidatem:

Distrito de Aveiro:

Conservatória do Registo Civil de Águeda — um lugar;

Distrito de Braga:

Conservatória do Registo Civil de Braga — dois lugares;

Distrito de Bragança:

Conservatória dos Registos Civil e Predial de Miranda do Douro — um lugar;

Distrito de Castelo Branco:

Conservatória do Registo Predial de Castelo Branco — um lugar;
Conservatória dos Registos Civil e Predial e Cartório Notarial de Vila Velha de Ródão — um lugar;

Distrito de Évora:

Conservatória dos Registos Civil e Predial e Cartório Notarial de Alandroal — um lugar;

Conservatória dos Registos Civil e Predial e Cartório Notarial de Mora — um lugar;

Conservatória dos Registos Civil e Predial de Reguengos de Monsaraz — um lugar;

Distrito de Faro:

Conservatória dos Registos Civil e Predial e Cartório Notarial de Aljezur — um lugar;

Conservatória do Registo Civil de Faro — um lugar;

Conservatória do Registo Civil de Olhão — um lugar;

Conservatória dos Registos Civil e Predial de Lagoa — Algarve dois lugares;

Conservatória do Registo Civil de Portimão — um lugar;
Conservatória dos Registos Civil e Predial e Cartório Notarial de Vila do Bispo — dois lugares;

Distrito de Leiria:

Conservatória do Registo Predial de Alcobaça — um lugar;
Conservatória dos Registos Civil e Predial de Alvaiázere — um lugar;

Conservatória dos Registos Civil e Predial de Porto de Mós — um lugar;

Distrito de Lisboa:

Conservatória do Registo Civil de Alenquer — um lugar;
1.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa — três lugares;

2.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa — um lugar;

4.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa — três lugares;

5.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa — dois lugares;

6.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa — quatro lugares;

8.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa — um lugar;

10.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa — três lugares;

11.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa — dois lugares;

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa — um lugar;
Conservatória do Registo Nacional de Pessoas Colectivas de Lisboa — quatro lugares;

1.º Cartório Notarial de Competência Especializada de Lisboa um lugar;

Conservatória do Registo Civil de Loures — um lugar;

Conservatória do Registo Civil de Oeiras — seis lugares;

Conservatória do Registo Civil de Queluz — dois lugares;

Conservatória do Registo Civil de Vila Franca de Xira — um lugar;

Distrito de Portalegre:

Conservatória dos Registos Civil e Predial de Campo Maior — um lugar;

Conservatória do Registo Civil de Elvas — um lugar;

Conservatória do Registo Predial de Elvas — um lugar;

Conservatória dos Registos Civil e Predial e Cartório Notarial de Marvão — um lugar;

Conservatória dos Registos Civil e Predial e Cartório Notarial de Monforte — um lugar;

Conservatória do Registo Predial de Nisa — um lugar;

Distrito do Porto:

Conservatória do Registo Civil de Gondomar — um lugar;

Conservatória do Registo Civil de Matosinhos — dois lugares;

Conservatória do Registo Comercial do Porto — um lugar;

Distrito de Santarém:

Conservatória dos Registos Civil e Predial da Golegã — um lugar;

Distrito de Setúbal:

Conservatória do Registo Civil de Almada — um lugar;

1.ª Conservatória do Registo Predial de Almada — dois lugares;

Conservatória do Registo Civil de Palmela — um lugar;

Conservatória do Registo Predial do Seixal — um lugar;

Conservatória do Registo Civil de Sesimbra — um lugar;

Conservatória do Registo Civil de Setúbal — cinco lugares;

2.ª Conservatória do Registo Predial de Setúbal — um lugar;

Distrito de Vila Real:

Conservatória dos Registos Civil e Predial e Cartório Notarial de Boticas — um lugar;

Distrito de Viseu:

Conservatória do Registo Predial de Santa Comba Dão — um lugar;

Região Autónoma dos Açores:

Conservatória do Registo Civil de Angra do Heroísmo — dois lugares;

Conservatória dos Registos Civil e Predial e Cartório Notarial de Lajes do Pico — dois lugares;

Conservatória dos Registos Civil e Predial de Povoação — um lugar;

Conservatória do Registo Civil de Praia da Vitória — um lugar;

Conservatória dos Registos Civil e Predial e Cartório Notarial de Santa Cruz das Flores — um lugar;

Conservatória dos Registos Civil e Predial e Cartório Notarial de Santa Cruz da Graciosa — um lugar;

Conservatória dos Registos Civil e Predial e Cartório Notarial de São Roque do Pico — dois lugares;

Conservatória dos Registos Civil e Predial e Cartório Notarial de Velas — um lugar;

Conservatória do Registo Civil de Praia da Vitória — um lugar.

23 de Junho de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

ANEXO

Minuta para o requerimento

Ex.^{mo} Sr. Director-Geral dos Registos e do Notariado:

1 — Nome: . . .

2 — Categoria: . . .

3 — Data da posse/aceitação do serviço a cujo quadro pertence: . . ./. . ./. . .

4 — Serviço a que pertence e no que exerce funções: . . .

5 — Classificação de serviço de . . ., por acórdão/despacho de . . ./. . ./. . .

6 — Requer a admissão ao concurso para a categoria de escriturário, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º . . ., de . . ./. . ./. . . (indicar número e data do *Diário da República*).

7 — Morada e telefone de contacto: . . .

8 — Nos termos do n.º 5.1 do referido aviso, indica por ordem de preferência os seguintes serviços a que se candidata:

1.º . . .

2.º . . .

3.º . . .

4.º . . .

. . .

9 — . . . (data).

10 — . . . (assinatura).

Despacho n.º 14 049/2006

Por despacho do director-geral de 14 de Junho de 2006, foi Fernando Agostinho Parente Meixedo, segundo-ajudante da Conservatória do Registo Civil de Vila do Conde, transferido para idêntico lugar da Conservatória do Registo Civil de Viana do Castelo (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerado das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

20 de Junho de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Despacho n.º 14 050/2006

Por despacho do director-geral de 21 de Junho de 2006, foi Maria Isabel Rei Tavares Lopes, escriturária superior da Conservatória dos Registos Civil e Predial de Oliveira do Bairro, nomeada para idêntico lugar da Conservatória do Registo Predial de Aveiro (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

22 de Junho de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Inspeção-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território

Despacho (extracto) n.º 14 051/2006

Por despacho do inspector-geral do Ambiente de 12 de Junho de 2006, proferido nos termos dos artigos 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, e obtido o parecer favorável da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, foi Paula Filomena das Neves Carreira, assessora, nomeada, em comissão de serviço extraordinária, para o exercício de funções correspondentes à categoria de inspector, da carreira de inspeção superior, pelo período de um ano.

14 de Junho de 2006. — A Directora de Serviço Administrativos e Financeiros, *Ana Maria Veríssimo*.

Instituto da Água

Despacho n.º 14 052/2006

Por despacho do presidente do Instituto da Água de 17 de Abril de 2006, ao abrigo e nos termos do disposto no artigo 23.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, é renovada a comissão de serviço, por três anos, da licenciada Ana Rita Pires da Silva Lopes no cargo de chefe de divisão de Recursos Subterrâneos do quadro do pessoal dirigente do Instituto da Água.

A presente renovação produz efeitos a partir de 22 de Julho de 2006.

10 de Maio de 2006. — Pelo Presidente, a Vice-Presidente, *Luísa Branco*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Direcção Regional da Economia do Alentejo

Despacho n.º 14 053/2006

O Decreto-Lei n.º 5/2004, de 6 de Janeiro, que criou as direcções regionais, previu desde logo as estruturas orgânicas nucleares do organismo.

Pelo despacho n.º 12 699/2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 116, de 19 de Junho de 2006, foi criada a Divisão de Licenciamento Turístico.

Tendo em conta que se mostra imprescindível assegurar de imediato a coordenação da respectiva unidade orgânica e considerando o disposto nos artigos 7.º, alínea f), e 27.º, n.ºs 1, 2 e 3, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio em face da vacatura do lugar, em regime de substituição, para exercer as funções de chefe de divisão, o licenciado em Sociologia José Luís Potes Pacheco, com efeitos a partir de 20 de Junho de 2006.

Anexa-se síntese da nota curricular académica e profissional do nomeado.

20 de Junho de 2006. — O Director Regional, *José João de Mouzinho Serrote*.

Nota curricular

1 — Elementos de identificação:

Nome: José Luís Potes Pacheco;
Data de nascimento: 4 de Junho de 1953;
Naturalidade: Viana do Alentejo.

2 — Habilitações académicas:

Licenciatura em Sociologia;
Curso de Construtor Civil;
Curso complementar de Electrotecnia;
Curso de formação de Montador Electricista.

3 — Enquadramento e percurso profissional:

3.1 — Na Direcção Regional da Economia do Alentejo:

2005-2006 — técnico superior de 1.ª classe. Nomeado, precedendo concurso, por despacho do director regional da Economia do Alentejo de 4 de Maio de 2005;

1998-2005 — técnico superior de 2.ª classe. Transita para a carreira técnica superior, com efeitos a partir de 2 de Março de 1998;
1983-1998 — integrou diversas categorias da carreira técnico-profissional;

3.2 — Na Câmara Municipal de Évora:

1982-1983 — fiscal técnico de obras. Nomeado em 1 de Julho de 1982;

1981-1982 — fiscal de obras de 3.ª classe. Nomeado em 9 de Fevereiro de 1981;

3.3 — Na empresa pública Fábrica de Óleos e Rações de Évora:

1978-1981 — preparador de trabalho;
1974-1977 — electricista de manutenção industrial.

4 — Habilitações profissionais mais relevantes:

4.1 — Na Direcção Regional da Economia do Alentejo:
4.1.1 — No domínio do comércio, turismo e dinamização empresarial (1999-2006):

Análise de processos de turismo no espaço rural, relativamente a pedidos de informação prévia, licenciamento e vistoria, bem como